

# JORNALISTAS: ÉTICA E DEMOCRACIA NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

(UM SURVEY ENTRE JORNALISTAS BRASILEIROS)

Adalberto M. Cardoso

## RESUMO

O artigo resume alguns resultados de um estudo pioneiro no Brasil sobre o perfil dos profissionais de imprensa dos principais jornais e revistas: suas características sócio-demográficas, formação profissional, opiniões e atitudes a respeito de ética jornalística, democracia e aspectos relevantes da cidadania democrática. Este perfil serve de base ao questionamento do papel da imprensa na democracia brasileira em processo de consolidação. Dentre outros aspectos relevantes, o autor argúi-se sobre as possibilidades de determinados padrões atitudinais dos jornalistas favorecerem a produção de um noticiário que contribua para a consolidação de espaços públicos democráticos de negociação de interesses e identidades sociais.

*Palavras-chave: imprensa; democracia; Brasil.*

## SUMMARY

In summarizing the results of a pioneer study on media in Brazil, this article presents a profile of professionals linked to major newspapers and magazines: their sociodemographic characteristics, the professional training, their opinions and attitudes regarding reporting ethics, democracy and other relevant issues related to democratic citizenship. This profile affords a basis for questioning the role of the press in the consolidation of Brazilian democracy. Among other issues, the author addresses how certain attitudinal patterns among journalists may shape the production of news that can contribute to the consolidation of democratic, public spaces for the negotiation of different social interests and identities.

*Keywords: press; democracy; Brazil.*

## Introdução

Este trabalho resume alguns resultados de um estudo pioneiro no Brasil<sup>1</sup>. Trata-se do perfil dos profissionais de imprensa dos principais jornais e revistas do país: suas características sócio-demográficas, formação profissional, opiniões e atitudes a respeito de ética jornalística, democracia e aspectos relevantes da cidadania democrática. Em muitos sentidos, a pesquisa replica estudo de David H. Weaver & G. Cleveland Wilhoit sobre os jornalistas americanos<sup>2</sup> e tem similaridades com outros estudos realizados em países europeus.

Weaver e Wilhoit traçam um perfil bastante detalhado dos jornalistas de seu país, abordando aspectos demográficos, sociais, profissionais e valorativos. É um estudo de profissão, algo que está longe dos objetivos deste trabalho, mas que me serviu como orientação técnica e forneceu bases para análises comparadas de vários aspectos que me interessavam mais de perto. Em relação a esse e outros estudos, contudo, procurei inovar ao incluir perguntas específicas sobre democracia, o que faz todo sentido num país como o Brasil, que ainda luta por consolidar instituições democráticas, dentre elas a imprensa.

Juntamente com os estudos mencionados em nota, o projeto de pesquisa de que este trabalho resulta focaliza aspectos da relação entre mídia e política no Brasil, relação que apenas muito recentemente começa a adentrar o debate intelectual e a ocupar sistematicamente pesquisadores e universidades. Ao contrário, entretanto, do foco de boa parte dos estudos existentes, centrados nos impactos da mídia nas eleições e na conformação de discursos e identidades políticas, o enfoque do projeto é a relação mídia/democracia *lato sensu*<sup>3</sup>, e não será exagerado dizer que nos move uma pergunta fundadora: qual deve ser o papel da mídia numa sociedade de democracia emergente como a brasileira? Esta pergunta aponta para certos requisitos e configurações da convivência democrática em relação aos quais a mídia joga um papel fundamental.

Refiro-me às condições institucionais e culturais do exercício da cidadania democrática: a liberdade de escolha dos governantes; o acesso à informação necessária ao julgamento livre e racional a respeito dos desafios cotidianos e dos meios para sua solução; os espaços institucionais de manifestação e articulação do dissenso. Numa palavra, a cidadania como o lugar da manifestação e exercício condicionados das liberdades individual e coletiva.

Estas condições denotam aspectos estruturais da forma de organização da mídia enquanto filtros ou determinantes da possibilidade dela cumprir um papel relevante na formação de um *público*, de duplo sentido: público *qua* espaços de disseminação, debate e negociação de opiniões e identidades; e público *qua* cidadãos aptos ao exercício de seus direitos. O debate em torno da liberdade de imprensa e de seu papel em sociedades democráticas emergentes deve dar-se com respeito aos meios para estes fins que, na literatura contemporânea a respeito da relação entre mídia e democracia, parecem consensuais<sup>4</sup>.

É nessa perspectiva que se enquadra o estudo aqui relatado, uma vez que é justamente na categoria dos meios que se incluem os jornalistas. Enquanto aqueles que põem em movimento a máquina de mídia, são os jornalistas que selecionam e dão forma às informações que chegarão ao público. Esta seleção é altamente condicionada por diversos fatores, dentre os quais podem ser destacados: a posição de mercado da empresa; a oferta de notícias pelas agências; aspectos organizacionais do meio noticioso, como estruturas hierárquicas, grau de autonomia relativa de cada um, orientações editoriais; a qualidade das fontes; a qualificação profissional de cada jornalista e sua "bagagem social"; os valores que se levam para as redações e aqueles que se aprendem ali<sup>5</sup>.

Por outras palavras, controlados os condicionantes estruturais da confecção da notícia, são os jornalistas que a conformam. Isto, por si só, asseguraria a relevância de um estudo da natureza que apresento aqui: Quem são os jornalistas que fazem a triagem do que é ou não relevante para o debate público? Qual sua qualificação profissional? Qual sua noção de ética jornalística, como encaram seu público? O que entendem por democracia e até que ponto estão inclinados a valorizar a institucionalidade democrática? Qual o grau de autonomia de que

(1) Este artigo é parte do projeto "Política, Democracia e Meios de Comunicação de Massa no Brasil", idealizado por Vilmar Faria e financiado pela Fundação Ford. Dois outros estudos compõem o projeto: uma análise da cobertura, feita pela imprensa escrita, dos massacres de Vigário Geral, no Rio, e de presos da Casa de Detenção, em São Paulo, realizada por Teresa Caldeira; e uma análise da cobertura de imprensa da CPI que investigou a Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, realizada por Fernanda Peixoto. O texto original de que esse artigo é um resumo pode ser encontrado na biblioteca do Cebap. Agradeço os comentários de Vilmar Faria, Teresa Caldeira e Fernanda Peixoto a versões do questionário que serviu de base para a análise que se segue, bem como a uma versão anterior desse texto. Ocioso mencionar que cabe a mim a responsabilidade pelas deficiências aqui encontráveis.

(2) David H. Weaver & G. Cleveland Wilhoit. *The American journalist. A portrait of U.S. news people and their work*. Bloomington: Indiana University Press, 2ª ed., 1991.

(3) E não mídia/partidos, mídia/congresso, mídia/governos, isto é, a relação entre mídia e instituições básicas da democracia, enfoque privilegiado da literatura americana, por exemplo.

(4) Não posso avançar essa discussão nesse artigo. Remeto ao relatório de pesquisa. Para o caso inglês, ver Ralph Negrine. *Politics and the mass media in Britain*. Londres e Nova York: Routledge, 1989. Para o caso americano, Robert M. Entman. *Democracy without citizens. Media and the decay of American politics*. Nova York: Oxford University Press, 1989. Para a América Latina, Elizabeth Fox, org. *Media and politics in Latin America — The struggle for democracy*. Londres: Sage, 1988.

(5) Ver, dentre outros, David H. Weaver & G. Cleveland Wilhoit, op. cit. Marc Martin, org. *Histoire et médias: Journalisme et journalistes français — 1950-1990*. Paris: Albin Michel, 1991.

dispõem para realizar seu trabalho (e, portanto, em que medida são responsáveis pelo que é veiculado)? Em suma, até que ponto nossos jornalistas estão capacitados para desincumbir-se da tarefa de informar bem o público (no duplo sentido definido acima), e até que ponto podem fazê-lo? De forma bastante exploratória, são estas perguntas que este estudo procura responder<sup>6</sup>.

### Caracterizando os entrevistados<sup>7</sup>

De um modo geral, os jornalistas que responderam o questionário são em sua maioria repórteres de jornal, jovens, brancos, casados, sem filhos, formados em jornalismo e com apenas título de graduação. São jornalistas com nove anos ou mais de experiência profissional, em sua maioria, e estão há mais de seis anos no emprego atual. Também em sua imensa maioria, já tiveram outros empregos como jornalistas antes. Este perfil vale tanto para homens quanto para mulheres, com pequenas diferenças, sendo que os homens representam um pouco mais da metade da amostra.

De um modo geral, os jornalistas aqui representados têm salários relativamente elevados: perto de R\$ 1.400, em média (a renda mediana é R\$ 1.065). Mais do que isto, são responsáveis por mais de 60% da renda familiar global, em média, com os homens respondendo por 77% do que ganham suas famílias (entre as mulheres, 66% em média). Este percentual médio varia segundo a situação conjugal. Se casados(as), o(a)s jornalistas responderão por cerca de 70% da renda familiar. Se solteiros, por 73%, e se separados, por 94% da renda. Em todos os casos, pois, trata-se de uma população cuja atividade profissional é estratégica para a sobrevivência de seu grupo doméstico, não importaria se homens ou mulheres, se mais ou menos jovens, se melhor ou pior remunerados, se casados ou não.

As mulheres têm salários mais baixos que os homens, em média, em todas as funções. Por exemplo, os homens com responsabilidades gerenciais têm renda média de R\$ 2.054, enquanto entre as mulheres na mesma função a renda é de R\$ 1.741. As diferenças segundo o tempo na profissão são mais gritantes. Dos homens que trabalham há mais de nove e menos de catorze anos como jornalistas, o salário médio é de R\$ 1.804. Entre as mulheres, de R\$ 1.200.

Outro achado interessante da pesquisa, nesse pormenor, tem a ver com o seguinte: quanto mais o jornalista julgar as funções em seu meio de trabalho segundo os benefícios materiais que possam trazer, tanto maior será sua renda pessoal. Por outras palavras, o mercado jornalístico aqui representado parece estar recompensando não tanto o "amor à arte" (isto é, a valorização da autonomia no trabalho, a possibilidade de aperfeiçoamento ou especialização ou a possibilidade de "ajudar as pessoas"), mas a relação bastante pragmática com a carreira jornalística de parte importante dos que responderam o questionário. Este parece ser um indicador importante da competitividade neste meio profissional, aspecto que será reforçado quando da análise dos dados sobre a relação dos jornalistas com sua atividade.

### Aspectos do exercício profissional

A análise de algumas características básicas do exercício profissional revela que, em sua grande maioria, os jornalistas fazem reportagens, não importando a

(6) Trata-se de um desenho pouco ambicioso, sem dúvida, principalmente em face da riqueza dos dados disponíveis. Entretanto, neste momento, pequenas ambições podem fazer mais por um campo de pesquisa totalmente virgem do que promessas analíticas mirabolantes. Este trabalho, repito, é menos analítico do que descritivo, e é com esse espírito que espero que o leitor enfrente o que se segue. Uma descrição bastante detalhada da metodologia de pesquisa pode ser encontrada no texto original. Foram enviados, por correio, num envelope resposta comercial, 1.112 questionários a nove veículos, entre jornais e revistas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre. Desse total, retornaram 355 questionários. Certamente não será possível fazer generalizações para o universo a partir dos dados coligidos. Estes descrevem os jornalistas que quiseram responder ao questionário e que trabalham nas empresas que, depois de tudo, se dispuseram a distribuí-lo, com maior ou menor boa vontade.

(7) Essa caracterização é bastante sumária. No texto original abordo dezenas de outros indicadores sócio-demográficos. Esta limitação, de resto, se repetirá nas demais seções.

função que desempenhem (com exceção para os colunistas). Mesmo secretários de redação e editores executivos (53%), além de editores e subeditores (66%) declararam fazer reportagens ao menos ocasionalmente. De um modo geral, todos dispõem de autonomia relativa não desprezível para definir o caráter e o conteúdo do que cobrirão, independentemente de se cobrem assuntos específicos ou se são repórteres de "geral", se bem que os editores, redatores e executivos dispõem de maior liberdade do que os repórteres.

Essa liberdade manifesta está em acordo com o baixo índice de profissionais que afirmam receber comentários freqüentes a respeito do trabalho que desempenham. Apenas 33% reconhecem que seu trabalho é freqüentemente comentado por superiores hierárquicos. 32% reconhecem comentários freqüentes de parte dos pares, 30% de fontes de notícias e 21% de leitores. Por outros termos, não apenas o trabalho de reportagem é encarado como estando livre de constrangimentos hierárquicos, como ainda o *feedback* do que se produz é visto como bastante reduzido. É como se a liberdade de exercício profissional (reconhecida e valorizada) não encontrasse, com a freqüência que seria desejável, um público entre os pares e mesmo entre leitores, público que servisse de parâmetro para o julgamento da qualidade e pertinência do trabalho de reportagem. Estamos diante de uma percepção a respeito da atividade que a encara como bastante isolada seja dos públicos a que se destina, seja daqueles com quem se compartilha o mesmo espaço de trabalho. Para se ter uma idéia do grau de "enclausuramento" da atividade, entre os profissionais de jornal americanos, Weaver & Wilhoit encontraram 46% que declararam receber comentários freqüentes de superiores, 45% de pares, 43% de fontes de notícias e 57% que afirmaram receber comentários freqüentes de leitores. Em todos os sentidos, os jornalistas americanos estão bem mais expostos do que os que estamos analisando aqui, no sentido de que têm seu trabalho comentado por pares, superiores e leitores.

Este alto grau de independência profissional tem como contrapartida uma valorização bastante elevada do aprendizado no dia-a-dia das redações. Tanto as concepções a respeito de ética jornalística (discutidas em seguida) quanto aquelas sobre as matérias que são relevantes para noticiário aparecem como fruto do trabalho cotidiano, do treinamento jornalístico individual e do contato com profissionais mais experientes do meio. É evidente a predominância do esforço e da procura individuais sobre possíveis outras razões para as atitudes em questão aqui. Os dados revelam claramente que não apenas a atividade é relativamente pouco exposta, isto é, que o trabalho é executado sem que seja comentado por outros, como ainda a iniciativa individual é fortemente valorizada. Numa palavra, os jornalistas aqui analisados estão dizendo, por meios transversos, que têm que "se virar" para se desincumbir de sua atividade profissional, e que para isto contam mais com as fontes com as quais se relacionam do que com a interação com os pares, por exemplo.

### **Valores profissionais e ética jornalística**

Quando se analisam as atitudes dos jornalistas em relação aos objetivos da imprensa em sociedade (*Quadro I*), percebe-se que eles levam a sério o papel da imprensa como "quarto poder" ou como "cão de guarda da democracia". Perto de 80% deles consideram muito importante investigar demandas e afirmações feitas pelos governos, percentual bem mais elevado do que o encontrado entre jornalistas

americanos (66%). Em conexão com isto, os jornalistas têm a mídia em alta conta enquanto mecanismo não apenas de veiculação de informações (70% acham que a imprensa deve ser ágil na veiculação de informações), mas principalmente de formação de opinião, além de demonstrar elevado senso crítico em relação ao mundo empresarial e governamental. A mídia formadora de opinião aparece nitidamente na alta valorização do objetivo de se oferecerem análises e interpretações sobre temas complexos e desenvolver o interesse intelectual dos leitores, valores pouco presentes entre os jornalistas americanos, por exemplo, que valorizam bem mais a agilidade e a veiculação de informações que possam ser provadas.

De outro lado, poucos jornalistas brasileiros consideram importante concentrar-se nas notícias de interesse do maior número possível de leitores. Por outros termos, para eles, a imprensa tem papel central na formação da agenda pública, oferecendo não o que o público quer ler, mas o que os jornalistas consideram importante que o público leia, isto tudo não apenas de modo informativo, mas interpretativo e aprofundado.

Entretanto, cumpre chamar a atenção para um aspecto desviante deste padrão atitudinal. O baixíssimo percentual daqueles que consideram muito importante evitar notícias que não possam ser provadas parece em desacordo com o objetivo formador e mesmo com aspectos relacionados com a responsabilidade da imprensa. Quando conjugamos isso com as atitudes bastante críticas em relação ao mundo a se cobrir e com o papel de "cão de guarda da democracia", o que os jornalistas brasileiros parecem estar dizendo é que a denúncia é mais importante do que a prova. Entre os jornalistas americanos, metade considera muito importante evitar notícias duvidosas.

### QUADRO I

Atitudes em relação aos objetivos da imprensa

<i>Objetivos reais ou prováveis da imprensa</i>	<i>Muito importante</i>	<i>Estudo de W&amp;W</i>
		(%)
Investigar demandas e afirmações feitas pelos governos	78,9	66
Levar informação rápida para o público	69,9	60
Oferecer análises e interpretações sobre temas complexos	66,5	49
Ter atitude crítica com governos	54,1	20
Desenvolver interesse intelectual dos leitores	51,5	24
Ter atitude crítica com empresários	51,0	15
Oferecer entretenimento e lazer	30,1	20
Concentrar-se em notícias de interesse do maior número de leitores	29,1	36
Desconsiderar histórias cujo conteúdo factual não possa ser provado	25,9	50

Esta disparidade estará relacionada, ademais dos constrangimentos legais poderosos da sociedade norte-americana, com valores profissionais arraigados,

conforme pode-se apreender do seminário realizado no Cebrap com jornalistas de primeiro time, que não se cansaram de marcar o caráter "denuncista" de nossa imprensa<sup>8</sup>. Este "denuncismo", repito, parece em desacordo com valores mais nobres como a formação da agenda pública segundo conteúdos determinados pelos jornalistas. Ademais, explorações estatísticas destas várias atitudes revelaram ser impossível determinar padrões atitudinais claros que separem denuncistas e formadores, ou investigativos e críticos, por exemplo. As atitudes estão bastante mescladas, com porcentagem grande de jornalistas que valorizam a formação e ao mesmo tempo não rechaçam o "denuncismo".

Essas atitudes encontram uma contraface importante na imagem que os jornalistas têm de sua audiência. É uma imagem pouco generosa, para dizer o mínimo. Ainda que valorizem fortemente o papel formador da imprensa, os jornalistas, em sua maioria, tendem a concordar com a noção de que os leitores estão mais interessados em notícias quentes do dia-a-dia do que em análises e tendências de longo prazo. Ademais, porcentagem não desprezível concorda que os leitores são facilmente manipuláveis e enganáveis.

Tal imagem varia pouco segundo os valores profissionais analisados no quadro anterior, mas quando varia, é num sentido surpreendente. Aqueles que consideram muito importante o papel formador da imprensa tendem a considerar, mais do que os outros, que os leitores são facilmente enganáveis (57%) e que estão pouco interessados em aprofundar temas noticiados (69%). Essa imagem, enfim, reforça a noção de que, para essa parcela de jornalistas, sua atividade é uma "missão": formar um público que, a rigor, não é visto como estando interessado em formação; informá-lo bem, porque se trata de um público manipulável. O que é curioso é que, a esse mesmo público que se imagina manipulável, são dadas informações a respeito das quais não se considera muito importante verificar a veracidade, como vimos antes. Por outros termos, parcela não desprezível dos jornalistas entrevistados estão dispostos a transferir ao público, sobre o qual não se tem imagem adequada a esse fim, o ônus do julgamento da pertinência ou veracidade do que é noticiado.

Nesta mesma direção iremos encontrar as atitudes com relação à ética jornalística em sentido estrito. De um modo geral, os jornalistas estão bastante dispostos a negligenciar aspectos éticos importantes para obter a informação que desejam. 83% deles consideram que pode ser justificável utilizar documentos confidenciais sem autorização, valor bastante superior aos 55% de jornalistas americanos dispostos a fazê-lo (*Quadro II*). Tanto quanto os jornalistas americanos, cerca de 69% dos de nossa amostra acham que pode ser justificável empregar-se em empresas para obter informações, e 63% acham justificável apresentar-se como outra pessoa, contra 20% de americanos dispostos a fazê-lo.

Na verdade, em muitos aspectos os jornalistas da amostra estão mais próximos de seus pares britânicos do que de americanos ou alemães. Estes últimos estão majoritariamente dispostos apenas a usar documentos confidenciais sem autorização, rechaçando outras formas não explícitas de obter informação. Já os ingleses não vêem problemas em pagar por informações confidenciais, prática repudiada pela maioria dos jornalistas dos outros países, inclusive o Brasil. Weaver e Wilhoit (1991)<sup>9</sup> informam que tanto na Alemanha quanto nos Estados Unidos as Land Press Laws e o Freedom of Information Act, respectivamente, legalizaram o acesso livre a informações de governos e, no caso americano, inclusive de empresas. Na Inglaterra, ao contrário, seria muito difícil obter tais informações, e os jornalistas têm que recorrer a fontes externas ao país, pagando por elas<sup>10</sup>.

(8) Ver Fernanda Peixoto. Os anos 80 e a imprensa no Brasil: Algumas observações. São Paulo: Cebrap, 1994, mimeo.

(9) Op. cit.

(10) Weaver & Wilhoit, op. cit., pp. 141-2.

Como quer que seja, o que importa é que entre os jornais ingleses pesquisados foram incluídos os tablóides sensacionalistas, que possivelmente estarão elevando os índices de "permissividade ética". Tais tablóides não foram incluídos na amostra aqui avaliada. De fato, trato apenas de jornais e revistas mais influentes do país, o que quer dizer que a referida "permissividade" ocorre entre os jornalistas que, como vimos, atribuem papel formador à imprensa. Estes jornalistas estão dispostos a passar-se por outra pessoa, usar documentos confidenciais e empregar-se em empresas para obter informações, sem que os informantes saibam que o são. Em conexão com isto, poucos estão dispostos a revelar suas fontes, prática comum nos outros três países mencionados.

## QUADRO II

Aceitação de práticas de reportagens (ética)  
Brasil, Estados Unidos, Alemanha e Inglaterra

<i>Aceitação pelos jornalistas de algumas práticas para fazer reportagens</i>	<i>Pode ser justificável</i>	<i>EUA<sup>11</sup></i>	<i>Alemanha<sup>11</sup></i>	<i>Inglaterra<sup>11</sup></i>	(11) idem, ibidem p. 139.
					(%)
Usar documentos confidenciais s/ autorização	83	55	57	86	
Empregar-se em firma para obter informação	67	67	36	73	
Apresentar-se como outra pessoa	63	20	22	33	
Usar documentos pessoais sem autorização	43	28	5	53	
Pagar por informações confidenciais	24	27	25	69	
Prometer confidencialidade à fonte e não cumprir	7	5	1	4	

Todas as práticas retratadas no quadro anterior têm a ver com métodos de obtenção de informação que, de um ponto de vista abstrato, seriam igualmente condenáveis: em qualquer dos casos, trata-se de negar àquele(a) que foi eleito(a) como fonte a sua condição. Explorando um pouco esses dados, pôde-se encontrar algumas variações bastante significativas na aceitação de práticas pouco éticas segundo a valorização da institucionalidade democrática pelos jornalistas<sup>12</sup>. Para minha surpresa, há uma relação positiva entre as várias dimensões de práticas pouco éticas e as atitudes democráticas. A surpresa está nisso: seria de se esperar que a maior valorização da institucionalidade democrática levasse a uma maior reverência a liberdades e direitos individuais e coletivos, em geral burlados pela maioria das práticas mencionadas de obtenção da notícia. Segundo esta expectativa, quanto mais democraticamente orientados os jornalistas, tanto maior deveria ser a rejeição a práticas pouco éticas na busca da notícia. Mas ocorre o contrário. Não apenas não há incompatibilidade entre valores e práticas, como ainda ser "mais democrático" aumenta a probabilidade de subscrição de várias práticas eticamente permissivas. Este é o caso da disposição para a utilização de documentos confidenciais sem autorização (diferença de 39% entre os menos e os mais democratas), apresentar-se como outra pessoa (diferença de 37%), empregar-se

(12) Trato dessa valorização na seção seguinte.

em firma para obter informação (35%) e, finalmente, usar documentos pessoais sem autorização (25%).

Nesta relação, parecem falar mais alto valores relativos à liberdade de acesso e divulgação de informação do que direitos democráticos. Noutras palavras, a liberdade de informação, enquanto fim inquestionável numa sociedade democrática, pode valer-se de meios que, no limite, arranham aspectos importantes da institucionalidade democrática relativos a direitos à privacidade de indivíduos e coletividades. Não vejo como deixar de nomear este padrão de relação entre valores de *operacionalização pragmática dos meios*. Numa palavra, a notícia a qualquer custo.

Em suma, a análise de atitudes éticas e valores profissionais dos jornalistas aponta para uma relação bastante pragmática com a função. A imprensa é fortemente encarada como meio de formação de opinião e de definição da agenda pública, mas os leitores são encarados por muitos como enganáveis e pouco interessados numa mídia formadora. Para formar opinião entre leitores que não querem mais do que informação, porém, os jornalistas apresentam-se dispostos a relevar vários aspectos éticos que redundam, no limite, na violação de direitos individuais e coletivos característicos da cidadania democrática. A responsabilidade como valor, por exemplo, prescinde da valorização em sentido forte de matérias cujo conteúdo factual possa ser provado. Por outro lado, é comum entre muitos a permissividade quanto à utilização de vários meios subreptícios de obtenção de informação. Tudo isso parece apontar na direção de que tais meios são justificáveis diante do fim "nobre" que seria a formação de opiniões.

## Democracia

Os jornalistas mostraram-se bastante dispostos a valorizar a institucionalidade democrática, independentemente das funções que exercem. A grande maioria concorda que, se queremos ter democracia, precisamos de partidos políticos; discorda de que os juízes e os tribunais não deveriam interferir nas decisões que o presidente toma; discorda de que, na situação atual, o Congresso Nacional é perfeitamente dispensável, porque atrapalha a governabilidade do país; e discorda também da afirmação de que os problemas do país nunca vão se resolver se não deixarmos o presidente governar do jeito que ele achar melhor para todos.

Apesar da alta valorização da institucionalidade democrática, poucos jornalistas mencionaram aspectos da democracia formal na resposta à pergunta aberta "o que significa 'democracia' para você?". A democracia está associada, principalmente, com liberdades individuais e coletivas: nada menos que 50% deles mencionaram aspectos relacionados com aquelas liberdades, seja liberdade de pensamento e expressão, de ir e vir e outras de caráter individual, seja liberdade de associação e direitos a greves e manifestações públicas, de caráter coletivo. A segunda maior menção foi com respeito a aspectos substantivos, em especial o bem-estar econômico e social: melhores salários, mais emprego, educação e saúde, desenvolvimento econômico etc.

Em termos agregados, cerca de um terço da amostra acha que nossa democracia vai mal e, podendo dar uma nota de 1 a 10, não passou de 4. Para pouco menos de outro terço, a democracia brasileira tem desempenho mediano: nota 5 ou 6. Para quase 38% deles, nossa democracia vai bem, com nota maior ou igual a 7. Desagregando a análise, pude constatar que, quando a definição de democracia evoca liberdades, e também *accountability*, os jornalistas tendem a dar melhor nota para a democracia brasilei-



ra. Por outro lado, quando aspectos substantivos são mencionados, em especial o bem-estar econômico e social, a nota tende a ser baixa. Por outros termos, está-se relativamente satisfeito com o desempenho político-institucional de nossa democracia, mas nada satisfeito com seu desempenho econômico.

Para aqueles jornalistas que não deram nota 10 para a democracia no Brasil, foi pedido que dissessem o que seria preciso fazer para melhorar a nota dada. A resposta parece incontestável: em todos os casos, isto é, se a nota foi baixa, média ou alta, há uma demanda por maior *accountability* por parte da amostra: acabar com a corrupção e a impunidade, sistema político mais ágil e operante, respeitar a constituição, maior controle sobre o Judiciário, o Legislativo e o Executivo, responsabilidade e seriedade dos governantes, estes foram os aspectos mais mencionados agrupados no item "accountability". É verdade, porém, que os que dão nota 7 ou mais alta mencionam menos aspectos de *accountability* do que os demais.

Ao mesmo tempo, quanto mais baixa a nota, mais os jornalistas consideram necessário: conscientizar, informar e educar o povo; melhorar o desempenho econômico; e garantir os direitos democráticos, principalmente igualdade perante a lei e direitos humanos. Por outro lado, quanto mais alta a nota dada, mais os jornalistas consideram importante mudar o sistema político e a constituição, principalmente para assegurar melhor representatividade ao Congresso e ao Executivo (o voto distrital e o parlamentarismo foram mencionados por 18% da amostra). Por outros termos, quando aspectos formais e procedimentais estão na alça de mira, as notas tendem a ser mais altas. Quando aspectos substantivos (como melhor desempenho econômico) são lembrados, as notas tendem a ser mais baixas. A exceção está para *accountability*, lembrado principalmente por quem dá notas muito baixas ou médias.

Várias destas menções estão em acordo com a concepção dos jornalistas a respeito do papel da imprensa no país. Por exemplo, é bem maior a menção à necessidade de conscientizar o povo entre aqueles que valorizam uma mídia informativa e formadora do que entre os demais. Assim também, é entre os mais inclinados a ver a imprensa como "quarto poder" que iremos encontrar maiores menções a aspectos de *accountability*. Por outras palavras, não é desprezível o número de entrevistados que vêem a democracia em conexão com valores a respeito de sua atividade profissional, o que reforça o papel central conferido à imprensa no bom funcionamento da democracia.

De fato, os jornalistas estão muito pouco dispostos a atribuir à mídia seja culpa pela crise atual, seja responsabilidade pela relação da população com a violência cotidiana, e isto apesar de lhe atribuírem grande influência na formação da opinião pública, como vimos ao final da seção anterior. Para 40% da amostra, a imprensa não tem culpa alguma pela crise, e metade acha que ela tem alguma culpa. No mesmo diapasão, os jornalistas tendem a discordar da afirmação de que a imprensa tem grande responsabilidade pelo aumento do medo do crime entre a população (58% discordam); de que a imprensa banaliza a violência ao apresentá-la como assunto cotidiano (65%); e de que a imprensa tem grande responsabilidade pela indiferença da maioria da população em relação aos massacres e à violência em geral (75%).

## Conclusão

A imprensa imaginada pelos jornalistas aqui retratados é, em grande medida, isenta, no triplo sentido de ser capaz de atuar de forma não tendenciosa, de ser

independente dos poderes públicos e de contribuir para a melhoria dos processos decisórios e representativos. Ao considerar-se nada responsável pelas atitudes da população em relação à violência, por exemplo, essa imprensa coloca-se no papel do informante não-interessado que derrama a informação sobre um público incapaz de filtrá-la de modo adequado. Aqui, como em outros casos, a responsabilidade recai sobre os cidadãos encarados como facilmente manipuláveis e enganáveis, porque pouco educados e conscientes.

Num seminário organizado pelo jornal *Folha de S. Paulo* em novembro de 1993, J. Hork, editor do *New York Times*, chamava a atenção para a enorme responsabilidade dos editores de jornal no mundo contemporâneo. Segundo ele, em sociedades cada vez mais segmentadas, cindidas por interesses cada vez mais particulares, os jornais (impressos ou não) têm a obrigação de conceder aos leitores/telespectadores a possibilidade do "encontro acidental" com notícias que eles não imaginavam que fossem de seu interesse<sup>13</sup>. Essa observação denota o que me parece um aspecto central do papel da mídia em relação à conformação do debate público: evitar que interesses segmentados impeçam a constituição de repertórios comuns para a comunicação cotidiana.

Trago esse comentário para esta discussão porque ele está longe da idéia de uma mídia isenta. Na verdade, ele conota a mídia formadora que grande parte dos jornalistas de nossa amostra parece subscrever. Os editores teriam a responsabilidade de selecionar o que os leitores *deveriam* ler, não o que eles *querem* ler. Trata-se, precisamente, da tensão entre isenção e responsabilidade no tratamento da notícia, tensão que envolve tanto conteúdos noticiados quanto a forma de fazê-lo.

Não se quer dizer, com isso, que os jornalistas aqui retratados têm atitudes que apontam para uma possível relação irresponsável com a notícia. O que se quer é chamar a atenção para o fato de que o problema da responsabilidade de imprensa é crucial para democracias emergentes como a brasileira. Essa responsabilidade se esquadrija no entrecruzamento das respostas às perguntas: que público queremos atingir? Quais são as necessidades desse público? Em que medida atender a essas necessidades contribui para aprofundar as condições da convivência democrática, e em que medida é preciso ir além das demandas desse público na confecção da notícia de modo a permitir o "encontro acidental" com notícias que não se imaginava de interesse?

Tais questões são sugeridas pela concepção mesma dos jornalistas a respeito tanto do público leitor quanto dos eleitores. Os primeiros, enganáveis, os segundos, fortemente responsáveis pela configuração atual da crise por que passa o país. Ora, em que medida a pesquisa aqui apresentada permite responder à pergunta: estão os jornalistas que analiso capacitados a cumprir seu papel na superação de tal configuração? Essa pergunta pode derivar numa outra, sobre a capacidade de a mídia impressa no Brasil contribuir para a conformação de um espaço público democrático.

Em termos mais globais, os resultados da pesquisa sugerem que o jornalismo como profissão no Brasil está passando por um processo de consolidação de atitudes e práticas, enquanto busca seu espaço de atuação numa sociedade onde os limites do exercício de direitos individuais e coletivos estão-se delineando passo a passo. Assim, em termos do papel da imprensa no Brasil, os jornalistas pesquisados orientam-se de forma ambígua quanto à possibilidade de se desincumbirem bem da função que eles mesmos atribuem à mídia: formar e informar o público. Valorizam a institucionalidade democrática, são pouco tolerantes com crimes de corrupção, identificam problemas cruciais em nossa democracia e apresentam soluções

(13) Este comentário foi feito a propósito de uma comparação entre a mídia tradicional e as novas mídias segmentadas em tempo real, tanto eletrônicas quanto impressas: informações *on line* via satélite, folhetos diários sobre desempenho econômico dirigidos a empresas, redes alternativas de mídia em que o consumidor escolhe, dentre a abundante oferta, os assuntos que lhe interessam.

pertinentes a esses problemas. Ao mesmo tempo, com intensidade variável especialmente segundo a idade, encaram seus leitores de forma pouco generosa (enganáveis e orientados pelo curto prazo). Estão dispostos a negligenciar aspectos importantes das liberdades individual e coletiva para a obtenção da notícia. Estão dispostos, também com intensidade variável, principalmente segundo a idade, a noticiar o que não pode ser provado. Ao encararem sua atividade como isenta de culpa pelos problemas que o país enfrenta, reafirmam-na como uma missão de que não se questionam os meios. Nesse processo, os próprios jornalistas emergem como os juizes de métodos e conteúdos, uma vez que se declararam bastante livres para cobrir o que querem, da forma que querem, e têm seu trabalho muito pouco exposto ao julgamento dos colegas ou dos leitores. Ao se imaginarem, enfim, como formadores de um público que é encarado como desejando apenas informação, os jornalistas se autolocalizam no centro da discussão sobre o caráter, a abrangência e o conteúdo do debate público. Numa palavra, declaram-se responsáveis pelo que estão fazendo. Ao mesmo tempo, não parecem muito preocupados com o alcance dessa responsabilidade.

De fato, o problema da responsabilidade da imprensa está estreitamente relacionado com a possibilidade do questionamento da racionalidade dos fins a que ela se propõe. A pesquisa analisada aqui dá uma pista para tal questionamento a partir da inquirição da própria atividade noticiosa. Informar e formar o público, esse o fim que parece, à imensa maioria, inquestionável. Mas informar a respeito do que? Formar segundo quais conteúdos? Parece um contrasenso imaginar-se formando para a democracia quando entre os meios aceitos está a disposição para o negligenciamento de direitos individuais e coletivos característicos dessa forma de convivência política e social entre indivíduos e grupos sociais. Mas esse contrasenso é, aparentemente, o que move os jornalistas que participaram da pesquisa.

Recebido para publicação em  
abril de 1994.

Adalberto M. Cardoso é doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo e pesquisador do Cebap. Já publicou nesta revista "O pragmatismo impossível" (Nº 32).

---

Novos Estudos  
CEBRAP  
N.º 42, julho 1995  
pp. 130-140

---